CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: N° 293/87 e apenso DREPP n° 10879/86

INTERESSADO : Conservatório Musical "Maestro Julião"/Presidente Prudente

ASSUNTO : Convalidação de atos escolares praticados em 1985

RELATOR : Cons. Hélio Jorge dos Santos

PARECER CEE N° 940/87 - CESG - APROVADO EM 13 / 05 /87

Comunicado ao Pleno em 20/05/87

1. Histórico:

1.1. A direção do Conservatório Musical "Maestro Julião", de Presidente Prudente, em atendimento ao disposto no Comunicado Conjunto -CENP-COGSP-CEI, publicado a 22.07.86, encaminhou a este Conselho, através do Ofício n° 42/86, de 05.11.86, pedido de convalidação de atos escolares praticados pela escola, no período de 1983 a 1985, em que manteve o Curso Supletivo, em nível de ensino de 2° grau, Modalidade Qualificação Profissional IV, com a Habilitação Plena de "Bailarino para o Corpo de Baile", contrariando as diretrizes do Parecer CEE n° 1162/76.

1.2. A referida direção atendendo ao referido Comunicado Conjunto anexou ao processo apenso:

1.2.1. quadro curricular com carga horária da mencionada Habilitação aprovada à época da autorização do curso (1983) e um outro para vigorar a partir de 1987, nos termos do Parecer CEE 1162/76, homologado em 06.11.86, pelo Sr. Delegado de Ensino da DE de Presidente Prudente (fls.3 e 4);

1.2.2. relação nominal das alunas que concluíram o referido curso, no ano letivo de 1985 - 1ª turma;

1.2.3. a Supervisora de Ensino da DE de Presidente Prudente, em 24.11.85, manifesta-se favoravelmente ao solicitado às fls. 6 e 7 do apenso, informando que a escola oferece regularmente os seguintes cursos "Habilitação Plena em Musica", com Habilitação afim em Instrumento, QP-IV, "Habilitação Plena de Bailarino para Corpo de Baile", QP-IV e "Curso de Musica", em nível de 1° grau, devidamente autorizados.

Esclarece, também, que a escola tomou as providencias necessárias à adequação ao Parecer CEE 1162/76, com relação ao Plano de Curso e à carga horária curricular do referido Curso Supletivo na Habilitação Profissional Plena-Bailarino para Corpo de Baile.

1.3. A DRE de Presidente Prudente, em 23.01.87, considerando que a escola tomou as providências necessárias a adequação do citado Parecer CFE, encaminha o protocolado a CEI, com parecer favorável ao atendimento do pedido (fls. 9 a 11 do apenso).

1.4. A Coordenadoria de Ensino do Interior, em 13.02.87, acolhe o solicitado pelas autoridades preopinantes, enviando os autos a este Conselho para apreciação (fls. 12 do apenso).

2. Apreciação:

2.1. O Conservatório Musical "Maestro Julião"/de Presidente Prudente, atendendo orientação do Comunicado Conjunto CENP-COGSP-CEI, publicado no DO de 22.07.86, solicita a convalidação dos atos escolares praticados no período de 1983 a 1985, em que manteve o Curso Supletivo, em nível de ensino de 2º grau, Modalidade Qualificação Profissional IV, com Habilitação Plena de "Bailarino para Corpo de Baile", contrariando o disposto no Parecer CFE nº 1162/76.

2.2. Conforme xerocópias de Portarias anexadas pela A.T. foram concedidos ao curso em questão:

a.) autorização de instalação e funcionamento Portaria DREPP de 17, publicada a 23.02.83;

b.) reconhecimento - Portaria CEI de 13, publicada a 14.08.85.

2.3. A referida direção anexou ao processo a documentação exigida no citado Comunicado Conjunto.

2.4. O presente protocolado foi devidamente informado pelas autoridades de ensino da Secretaria da Educação, esclarecendo-se, inclusive, que a escola já providenciou a adequação do Plano do Curso e da carga horária curricular do aludido Curso Supletivo ao Parecer CFE Nº 1162/76.

2.5. De acordo com o Comunicado Conjunto, "à vista do contido no Parecer CEE nº 804/86...os estabelecimentos de ensino artístico que mantêm as Habilitações Profissionais Plenas em nível de 2º grau-Qualificação Profissional IV - em Recreação Coreográfica Infante-Juvenil, Recuperação Motora e Terapia através da Dança e Bailarino para Corpo de Baile, cuja carga horária não atinja 1.200 h (excluído o estágio), conforme o previsto no Parecer CFE nº 1162/76, deverão ser orientados no senti

do dá:

1° .....

2° solicitar ao CEE a convalidação dos atos escolares praticados pela escola no período em que o curso funcionou em desacordo com o Parecer CFE 1162/76".

2.6. Verifica-se, entretanto, que este Conselho através do Parecer n°804/86 considerou regulares os atos escolares praticados por escolas em situação similar, decisão esta que, se aplica, também, ao caso em questão.

2.7. Considerando-se ainda, o Parecer CEE N° 829/87 aprovado por este Conselho em 15.04.87 e que considera, em casos similares, regulares "os atos escolares praticados desde que tenham sido tomadas as providências necessárias para que seus cursos sejam desenvolvidos com a carga horária consideradas pelas normas vigentes a que se referem os Pareceres CEE n° 804 e 808/86 e dentro do prazo fixado pelo Parecer n°1684/86 ". Somos pela seguinte Conclusão:

3. Conclusão:

À vista do exposto, consideram-se regulares os atos praticados no Conservatório "Maestro Julião" - Presidente Prudente, Curso Supletivo, em nível de ensino de 2° grau, Modalidade Qualificação Profissional IV- Habilitação Plena de "Bailarino para Corpo de Baile" durante o período de 1983 a 1985.

São Paulo, 29 de abril de 1987.

a) Cons. Hélio Jorge dos Santos

- R e l a t o r -

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer certo VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Edmur Monteiro, Francisco Aparecido Cordão, Hélio Jorge dos Santos, Luiz Eduardo C. Magalhães e Luiz Roberto da Silveira Castro;

Sala das Sessões, aos 13 de maio de 1987

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
-Presidente-